TC 010.700/2013-7

Tomada de Contas Especial
Ministério da Cultura (MinC)
Recurso de Reconsideração

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Charles Bravo de Alencar contra o Acórdão 5.556/2014-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o recorrente teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 (peças 44 e 90).

2. O acórdão recorrido foi prolatado no âmbito de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), em razão da impugnação total da prestação de contas relativa ao Convênio 65/2001, cujo objeto consistiu no apoio à realização de festas juninas em Fortaleza/CE (peças 1 a 3). O débito totalizou o valor histórico de R\$ 100.000,00, a ser atualizado a partir de 9/7/2001 (peça 44, p. 1).

3. A princípio, o Tribunal não conheceu do presente recurso, por considerá-lo intempestivo e desprovido de fatos novos, conforme decisão exarada mediante Acórdão 4.259/2016-TCU-2ª Câmara (peça 97).

4. Posteriormente, por meio do Acórdão 9.718/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado em sede de embargos de declaração, o TCU decidiu tornar sem efeito o Acórdão 4.259/2016-TCU-2ª Câmara e determinar o encaminhamento dos autos à Secretaria de Recursos (Serur), para que procedesse à análise de mérito das razões recursais apresentadas pelo recorrente (peças 110 e 122).

5. Após o exame da peça recursal, a Serur propôs, em pareceres convergentes, negar provimento ao recurso de reconsideração e, de ofício, tornar sem efeito as multas aplicadas por meio do subitem 9.4 do acórdão recorrido, em razão de ter concluído pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (peças 129, p. 5-6; e 130).

6. Reputo não haver reparos a fazer na proposta de encaminhamento elaborada pela unidade instrutiva.

7. O questionamento elaborado pelo recorrente em relação à sua responsabilidade nesta TCE não compreende novos elementos. Conforme ressaltou a Serur em sua instrução, esses argumentos já haviam sido apresentados no âmbito das alegações de defesa oferecidas pelo responsável (peças 129, p. 4; e 34). A despeito disso, cumpre mencionar que todos os argumentos foram analisados e devidamente refutados pela unidade técnica.

8. Relativamente ao pleito de reforma da decisão em virtude de ter sido o recorrente absolvido na Ação Penal 0007141-87.2013.4.05.8100, a Serur constatou que a referida ação tratou de convênio diverso daquele analisado nesta TCE. Por esse motivo, em consonância com a unidade técnica, considero que a sentença absolutória favorável ao recorrente não se constitui em elemento apto a afastar a responsabilidade a ele imputada em virtude das irregularidades constatadas nesta TCE.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. Avalio também ser apropriada a proposta de tornar sem efeito as multas aplicadas aos responsáveis por meio do subitem 9.4 do Acórdão 5.556/2014-TCU-2ª Câmara. Conforme restou demonstrado na análise empreendida (peça 129, p. 5), houve o transcurso de mais de dez anos entre a data da ocorrência do dano (9/7/2001) e a data do ato que interromperia a prescrição, qual seja a autorização para a citação do responsável, efetuada somente em 12/7/2013 (peça 9).

10. A análise de ofício, acerca da aplicação da multa, encontra respaldo no Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário – mediante o qual foi uniformizado entendimento acerca da prescrição da pretensão punitiva por parte do TCU – conforme excerto abaixo transcrito (grifamos):

9.1.6. a ocorrência desta espécie de prescrição será aferida, **independentemente de alegação da parte**, em cada processo no qual haja intenção de aplicação das sanções previstas na Lei 8.443/1992;

9.1.7. o entendimento consubstanciado nos subitens anteriores será aplicado, de imediato, aos processos novos (autuados a partir desta data) **bem como àqueles pendentes de decisão de mérito ou de apreciação de recurso** por este Tribunal;

11. Por fim, ressalto que o aproveitamento da proposta de cancelamento das multas aos demais responsáveis está amparada no art. 281 do Regimento Interno do TCU.

12. Diante do exposto, este representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento uniforme formulada pela Serur.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador